



**PORTARIA PG Nº 12, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024**

Regulamenta o trâmite, pela Procuradoria Geral, de processos e expedientes referentes a editais de licitações, contratos e seus aditamentos, e dá outras providências.

O Procurador Geral, no uso das atribuições legais, nos termos dos artigos 6º e 7º, inciso I, do Regimento da Procuradoria Geral da Universidade de São Paulo, e considerando:

- a necessária e permanente busca de eficiência na atuação administrativa;
- que o artigo 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 01.04.2021, prevê o dever da Administração de instituir modelos de minutas de editais e de contrato padronizados;
- que o artigo 25, § 1º, da Lei nº 14.133, de 01.04.2021, dispõe que, sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes;
- que o artigo 53, § 5º, da Lei nº 14.133, de 01.04.2021, prevê ser dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas pela autoridade jurídica máxima, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico, baixa a seguinte

**PORTARIA:**

**Artigo 1º** – Fica dispensada a análise e a emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral para as **minutas de editais de Pregão e de Concorrência** regidos pela Lei nº 14.133/2021 que sigam modelos padronizados pré-aprovados pela Procuradoria Geral, a serem divulgados mediante Ofício e disponibilizados na página eletrônica da Procuradoria Geral.

§ 1º – Os modelos padronizados pré-aprovados de que trata o “caput” serão atualizados periodicamente por equipe designada para tanto, sendo responsabilidade da Unidade/órgão a utilização da sua versão mais atualizada.

§ 2º – Nos casos tratados no “caput”, o assistente administrativo, financeiro ou servidor responsável pelas compras da Unidade/órgão deverá atestar o preenchimento dos requisitos legais, por meio de modelo a ser veiculado por Ofício e disponibilizado na página eletrônica da Procuradoria Geral, procedendo à devida e completa instrução dos autos com os documentos comprobatórios.

§ 3º – Caso a hipótese concreta não permita a utilização de modelos de edital padronizados, a Unidade/órgão deverá remeter os autos à Procuradoria Geral para análise, acompanhados da minuta com os trechos alterados em destaque e justificativas indicando as razões para as particularidades do caso concreto e a não utilização do modelo padrão.



**Artigo 2º** – Fica dispensada a análise e a emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral das minutas de edital que, a despeito de não seguirem modelos padronizados pré-aprovados pela Procuradoria Geral, tratem de mero refazimento de licitação deserta ou fracassada, desde que não haja alteração no texto do instrumento convocatório.

Parágrafo único – Para efeitos de aplicação do “caput”, não é considerada alteração ao texto do edital a mera atualização de preços.

**Artigo 3º** – Fica dispensada a análise e a emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral nas contratações diretas por dispensa de licitação de pequeno valor, com fundamento no artigo 75, inciso I ou II do “caput”, da Lei nº 14.133/2021, quando realizadas com a utilização da correspondente minuta de aviso de contratação direta padronizada pré-aprovada pela Procuradoria Geral, salvo se houver previsão de celebração de contrato cuja minuta não for padronizada ou se houver dúvida a respeito da legalidade da hipótese de contratação direta.

§ 1º – Aplica-se a regra disposto no “caput” às contratações por inexigibilidade de licitação com fundamento no artigo 74, da Lei nº 14.133/2021 cujos valores não ultrapassem os previstos nos incisos I e II do “caput”, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021 quando formalizadas por contrato administrativo com a utilização de minuta padronizada pré-aprovada pela Procuradoria Geral, ou por instrumento hábil substitutivo de contrato de que trata o artigo 95, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º - Para os fins do “caput” deste artigo, considera-se minuta padronizada aquela previamente aprovada pela Procuradoria Geral, divulgados mediante Ofício e disponibilizados na página eletrônica da Procuradoria Geral.

§ 3º - Nos casos tratados no “caput” e no § 1º, o servidor responsável pelas compras do órgão deverá atestar o preenchimento dos requisitos legais, por meio de modelo a ser veiculado por Ofício e disponibilizado na página eletrônica da Procuradoria Geral, procedendo à devida e completa instrução dos autos com os documentos comprobatórios.

**Artigo 4º** – Fica dispensada a análise e a emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral nos processos referentes a **aditivo de prorrogação de prazos** em contratos de serviços contínuos, em contratos de concessões de uso e contratos de execução de obras e em serviços de engenharia regidos pela Lei nº 14.133/2021, desde que sigam modelos padronizados pré-aprovados pela Procuradoria Geral, a serem divulgados mediante Ofício e disponibilizados na página eletrônica da Procuradoria Geral.

§ 1º – Não se aplica o disposto no “caput” caso o aditamento tenha por objetivo promover outras alterações no contrato, além da prorrogação de prazo.



§ 2º - Nos casos tratados no "caput", a viabilidade da prorrogação deverá ser justificada pelo assistente administrativo, financeiro ou servidor responsável pelo acompanhamento do contrato, que, atentando-se para os requisitos legais, formalizará atestado de acordo com modelo a ser veiculado por Ofício e disponibilizado na página eletrônica da Procuradoria Geral.

§ 3º – A formalização do atestado mencionado no parágrafo acima não dispensa a juntada aos autos dos documentos comprobatórios de regularidade da Contratada, da pesquisa de preços ou documentação que comprove a vantajosidade econômica, do documento da reserva de verba, da nota de empenho, e demais documentos pertinentes ao caso.

**Artigo 5º** - Fica dispensada a análise e a emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral para as **contratações de edição de livros celebradas pela Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP**, que sigam modelos de contrato padronizados pré-aprovados pelo órgão jurídico, a serem divulgados por meio de Ofício e na página eletrônica da Procuradoria Geral.

Parágrafo único – Nos casos tratados no "caput", o servidor responsável pelas compras do órgão deverá atestar o preenchimento dos requisitos legais, por meio de modelo a ser veiculado por Ofício e disponibilizado na página eletrônica da Procuradoria Geral, procedendo à devida e completa instrução dos autos com os documentos comprobatórios.

**Artigo 6º** – As dispensas de análise e de emissão de parecer jurídico de que tratam os artigos anteriores não se aplicam nas seguintes hipóteses, devendo a Unidade/órgão remeter os autos à Procuradoria Geral para análise, acompanhados da minuta com os trechos alterados em destaque e justificativas indicando as razões para as particularidades do caso concreto e a não utilização do modelo padrão:

I – inclusão, supressão ou modificação no texto das minutas padronizadas, excetuadas aquelas realizadas de acordo com orientação específica constante das instruções da própria minuta;

II – necessidade de utilização de contrato administrativo não padronizado.

**Artigo 7º** – Sempre que houver dúvida jurídica a ser dirimida, a Procuradoria Geral poderá ser consultada.

Parágrafo único – A remessa ao órgão jurídico não é cabível nos casos em que a dúvida trate somente de matéria técnica ou verse apenas sobre aderência dos produtos/serviços às especificações técnicas do objeto constantes do edital/contrato.

**Artigo 8º** – Nos processos de contratação por inexigibilidade de licitação, de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades, de aditamentos de acréscimo e/ou supressão ao objeto contratado, e quaisquer outros que sejam encaminhados à Procuradoria Geral, para os quais haja roteiro ou *checklist*




**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORIA GERAL**

disponibilizado pelo órgão jurídico em sua página eletrônica, é necessária a instrução dos autos com o referido documento, devidamente preenchido e atestado, acompanhado dos documentos ali especificados, sob pena de pronta devolução ao órgão consulente para complementação da instrução processual.

**Artigo 9º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Procuradoria Geral, 23 de fevereiro de 2024.

  
Marcelo José Magalhães Bonizzi  
Procurador Geral

Adriana Fragalle Moreira  
Procuradora Geral Adjunta